

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE HISTÓRIA

ANDERSON HENRIQUE FERREIRA MARINHO

“QUISERAM QUE ALI SE PLANTASSE SOLIDÃO E MORTE”: ESTADO, SECA E
PODER NA REGIÃO DE CANUDOS (1897-1969)

RIO DE JANEIRO

2020

“QUISERAM QUE ALI SE PLANTASSE SOLIDÃO E MORTE”: ESTADO, SECA E
PODER NA REGIÃO DE CANUDOS (1897-1969)

ANDERSON HENRIQUE FERREIRA MARINHO

Monografia apresentada ao Instituto de História
da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
parte dos requisitos necessários a obtenção do
grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof.º Dr. José Augusto Pádua.

RIO DE JANEIRO

2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, orientador e da universidade.

MARINHO, Anderson Henrique Ferreira Marinho.

“Quiseram que ali se plantasse solidão e morte”: Estado, Seca e Poder na região de Canudos (1897-1969) / Anderson Henrique Ferreira Marinho – Rio de Janeiro: UFRJ/IH, 2019.

40f

Orientador: José Augusto Pádua

Monografia (graduação) – UFRJ/Instituto de História / Departamento de História, 2020

Inclui bibliografia

1. História – Monografia. 2. História do Brasil. 3. Nordeste 4. Sertão 5. Canudos. I. Pádua, José Augusto. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Departamento de História III. “Quiseram que ali se plantasse solidão e morte”: Estado, Seca e Poder na região de Canudos (1897-1969).

“QUISERAM QUE ALI SE PLANTASSE SOLIDÃO E MORTE”: ESTADO, SECA E
PODER EM CANUDOS

ANDERSON HENRIQUE FERREIRA MARINHO

Monografia apresentada ao corpo docente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários a obtenção do grau de bacharel em história.

Avaliada por:

Prof. Orientador. _____

(titulação)

Prof. _____

(titulação)

Prof. _____

(titulação)

RIO DE JANEIRO

2020

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida desde o final do ano de 2015 e que nasce como uma curiosidade durante uma viagem a Bahia e aos poucos vai se transformando em objeto de pesquisa. Se me perguntam como e porque escolhi esse tema para estudar e desenvolver meus trabalhos acadêmicos, costumo remontar a educação básica, pois foi, sobretudo, no ensino médio que passei a ter curiosidade sobre a temática de Canudos, muito por causa das excelentes aulas de História que tive com o professor George Santos, no Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire (CENEP), assim como, por causa da Revista de História da Biblioteca Nacional, que me fez construir um apreço e gosto pela História do Brasil, algo que até então não ocorria.

Durante a graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde pude compreender melhor como funcionam as duas áreas em que saio formado, que são o bacharelado e a licenciatura, comecei a me enxergar como pesquisador e a entender o que isso demandava de mim e do meu papel como professor.

Esse processo de ser historiador e de seguir um rigor na pesquisa foi sendo construído de modo quase coletivo, pois foi em matérias que demandaram “analisar e criticar as fontes” que pude aprender esse ofício, assim como, nas muitas reuniões ou conversas que tive com a professora Mônica Lima, a professora Lise Sedrez, a professora Manoela Pedrosa e o professor Fernando Castro, bem como com as doutorandas Bruna Marques, Glauce Ferreira e o doutorando Bruno da Silveira, que organizavam o Grupo de Pesquisa História e Catolicismo, do qual participei por alguns semestres e tive a honra e oportunidade de debater com pessoas de dentro do Instituto de História e de fora dele. São muitas pessoas a agradecer, como ao meu orientador José Augusto Pádua, mas gostaria de demonstrar minha gratidão não somente a pessoas, mas as instituições pelas quais passei e que para mim representam que a educação tem um potencial enorme de ajudar a mudar realidades difíceis, por isso agradeço ao CENEP, que mudou minha trajetória educacional, porque se não fossem os quatro anos naquela escola pública e de qualidade, eu não estaria onde estou, assim como agradeço a UFRJ, por ter garantido a minha permanência com a Bolsa Auxílio Moradia, que me permitiu ter uma dedicação completa a minha formação, garantindo meu ingresso e permanência, algo

que sei que muitas outras pessoas que ingressam nessa universidade não puderam ter por não existirem ainda recursos para ajudar todos que precisam.

Não posso deixar de registrar que antes de começar a estudar na UFRJ, no dia 11 de agosto de 2014, eu estudei na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e por diversos motivos não conseguia ter um bom rendimento e até mesmo condições de frequentar as aulas, tendo trancado dois semestres letivos. Contudo, essa situação começou a mudar com a ajuda e o apoio de um grande amigo e sua namorada – hoje uma grande amiga –, que correram atrás de oportunidades para mim e que no mesmo dia em que saiu o resultado da minha aprovação da UFRJ me incentivaram e buscaram me ajudar com tudo que podiam, conseguindo uma representante legal para realizar minha matrícula no Fundão e me doando dinheiro para ajudar a chegar ao Rio de Janeiro. Esse apoio foi fundamental na minha decisão de sair de Natal e me mudar para o Rio de Janeiro e por isso agradeço imensamente a Gabriel Maciel e Thaisi Leal.

Algum tempo atrás, quando estava entrando no ciclo final da graduação, parei para refletir como a minha trajetória educacional foi moldada pelo apoio e incentivo constante de algumas mulheres, são elas, minha avó Isabel (falecida em 2012), minha tia Ceíça (falecida em 2014), minha tia Dayse e minha mãe Andrea. Todas essas mulheres em vários momentos me deram palavras de carinho e incentivo para que eu continuasse a estudar, isso porque sou o único filho do meu núcleo familiar que concluiu o Ensino Médio, minha mãe sempre batalhou atrás das escolas públicas que tivessem a melhor educação para eu, meu irmão e minha irmã estudar, foi sempre ela que correu atrás de matrículas e pedia favores a muitas pessoas com o intuito de nos matricular em determinadas escolas, se fosse necessário dormir em filas, lá estaria ela. Minha tia Dayse sempre me ajudou com palavras, falando que acreditava em mim e que tudo que eu batalhava valeria a pena. Minha tia Ceíça, uma das poucas pessoas da família com graduação, sempre incentivou que a gente deveria lutar muito e não desistir, para que conseguíssemos conquistar o que almejávamos, pois assim ela o fez e conseguiu, e por isso ela me ajudou pagando um cursinho noturno durante um ano e meio para que eu tivesse sucesso em ser aprovado na UFRN. Minha avó Isabel era daquelas avós que apenas um olhar fazia com que a gente ficasse feliz, sempre preocupada que eu seguisse meus sonhos, porém, hoje ela e minha tia não estão mais entre nós, mas é a elas que dedico essa graduação.

Hoje moro a cerca de dois mil e quinhentos quilômetros de distância da minha família, mas no Rio pude construir aos poucos uma nova família, formada por pessoas que me abraçam e me acolhem nessa cidade. Do meu período de ingresso na UFRJ sigo junto de muita gente, uns mais próximos, outros mais distantes, mas todo mundo dentro dessa família

carioca. Agradeço a amizade e companheirismo de Lucas de Oliveira, Guilherme Moreira, Carol Castro, William Galdino, Gabi Abreu, Naillivy Carvalho, Antônio Correa, Suelen Sousa, Steffane Jacob, ao companheiro de viagem a Bahia, Lucas Sampaio, a Isabella Pinheiro, que me ajudou a entender a pós-graduação, a minha irmã e amiga sempre presente Deborah Costa, ao amigo que enfrentou as dificuldades de fazer o projeto para Teoria e Mestrado, Matheus Rodrigues, ao amigo que mora em São Paulo, mas ama o Rio, Leonardo Arouca, a mineira com o coração mais aberto do mundo, Paula Fortini, e a minha amiga e companheira, que enfrenta o mundo comigo, Odara Dias. Vocês são a melhor parte desses últimos anos e que espero seguir pelos muitos que estão por vir, obrigado por me fazerem sentir querido nessa cidade.

Por último, não poderia deixar de agradecer ao meu professor e amigo do ensino médio, Clayton Marinho, que sempre me incentivou a continuar os estudos e todas as vezes em que precisei se colocou à disposição para me ajudar. O agradecimento que fecha essas breves palavras é direcionado ao Grupo de Pesquisa e Extensão, Conversas entre professorxs: alteridades e singularidades (ConPAS), sobretudo, a Graça Reis, que me acolheu e me ensinou muito sobre a importância da educação. Os debates no ConPAS são uma etapa fundamental da minha formação enquanto professor e pesquisador e foram essenciais no desenvolvimento que tive ao prestar seleção de mestrado na UFRJ e na FGV. A todas e todos vocês o meu mais sincero obrigado.

O sertão vai virar mar...
O mar vai virar sertão...

(Antônio Conselheiro)

RESUMO

Este trabalho nasce com o objetivo de analisar outros capítulos da história de Canudos, que não aqueles tornados clássicos e ostensivamente debatidos, investigados e relidos. Esse esforço em analisar e lançar uma compreensão sobre os períodos que não são o da guerra ou das narrativas euclidianas, não nasce com a intenção de desmerecer essa história tornada clássica, inserida em obras de diversos gêneros, porque considera-se importante o que ocorreu entre os anos de 1893 e 1897, então, não é a intenção falar que esse período não foi importante, porque ele o foi. Ao realizarmos as pesquisas que fundamentam esse trabalho partimos da ideia de que existem outros momentos e outras camadas da história de Canudos e do sertão que devem ganhar relevo para aqueles que já estão familiarizados com essa temática. Nesse sentido, nosso esforço foi analisar o que ocorreu nas décadas em que Canudos ressurge como um povoado no mesmo local em que ocorreu a guerra e porque o Estado retorna àquela localidade, para construir estradas e em seguida um açude. Sendo esse açude construído sobre as ruínas de Belo Monte e do povoado de Canudos. Esses fatos até hoje foram poucas vezes objeto da historiografia e pretendemos com esse trabalho dar continuidade sobre essas análises, como a inserção do Açude Cocorobó dentro do contexto do discurso desenvolvimentista e os debates sobre a seca do período. Entender a região de Canudos passa por analisar o fenômeno da seca, assim como a ação do Estado no sertão semiárido. Belo Monte, que em 1897 contava com uma das maiores aglomerações urbanas da Bahia, no século XX dá lugar a um pequeno povoado de vida pacata e simples, impactada pela seca e pelas escolhas dos sujeitos pela ação estatal. As vezes chamada de Segunda Canudos, esse povoado aos poucos passou a ter a atenção de políticos e burocratas, para que no final da década de 1960 grande parte dos seus vestígios históricos fosse submerso por uma obra de “combate” a seca. Canudos foi guerra, Canudos foi medo, Canudos foi sertão, hoje Canudos é água.

Palavras-chave: Canudos. Açude Cocorobó. Estado. Seca.

ABSTRACT

“Wanted for ali to plant solidity and death”: State, Dry and Power in the Canudos region (1897-1969). Rio de Janeiro, 2020, Monography (Course of Graduation in History) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This work was born with the aim of analyzing other chapters in the history of Canudos, other than those made classic and ostensibly debated, analyzed and reread. This effort to analyze and launch an understanding of periods other than that of war or Euclidean narratives is not born with the intention of debunking this history that became classic, inserted in works of different genres, because we consider important what happened between the years from 1893 and 1897, then, it is not our intention to say that this period was not important, because it was. When carrying out the research that underlies this work, we start from the idea that there are other moments and other layers of the history of Canudos and the sertão that should be highlighted for those who are already familiar with this theme. In this sense, our effort was to analyze what happened in the decades when Canudos resurfaces as a village in the same place where the war occurred and why the State returns to that location, to build roads and then a weir. This reservoir is built on the ruins of Belo Monte and the town of Canudos. These facts until today have been rarely the subject of historiography and with this work we intend to continue these analyzes, such as the insertion of the Cocorobó Reservoir within the context of the developmental discourse and the debates about the drought of the period. Understanding the Canudos region involves analyzing the drought phenomenon, as well as the State's action in the semi-arid hinterland. Belo Monte, which in 1897 had one of the largest urban agglomerations in Bahia, in the 20th century gives way to a small village with a quiet and simple life, impacted by drought and the choices of the subjects by state action. Sometimes called Segunda Canudos, this village gradually came to the attention of politicians and bureaucrats, so that at the end of the 1960s a large part of its historical remains would be submerged by a work to "combat" the drought. Canudos was war, Canudos was fear, Canudos was backwoods, today Canudos is water.

Keywords: Canudos, Cocorobó Dam, State, Drought.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
2. Capítulo 1 – ENTRE O FOGO E ÁGUA: CANUDOS (1897-1950)	
09	
▪ 2.1 Comitê Patriótico no Sertão.....	
10	
▪ 2.2 A Segunda Canudos: Um povoado de sobreviventes.....	
13	
▪ 2.3 Seca e Poder.....	
15	
3. Capítulo 2 – PODER DAS ÁGUAS (1951-1969)	
20	
▪ 3.1 Açude Cocorobó – A Promessa das Águas.....	
21	
▪ 3.2 Um cemitério que as águas encobriram.....	
23	
▪ 3.3 Repercussão da construção do Cocorobó	
25	
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	
28	
ANEXOS	30
REFERÊNCIAS	33
Fontes.....	33
Referências bibliográficas.....	34

1 INTRODUÇÃO

- *Se entrega, Corisco!*
 - *Eu não me entrego, não!*
Eu não sou passarinho
Pra viver lá na prisão
 - *Se entrega, Corisco!*
 - *Eu não me entrego, não!*
Não me entrego ao tenente
Não me entrego ao capitão
Eu me entrego só na morte
De parabelo na mão
 - *Se entrega, Corisco!*
 - *Eu não me entrego, não!*
 (*Mais forte são os poderes do povo!*)¹

Se entregar. Foi o que Canudos não fez. Esses versos, popularizados por intermédio da obra *Deus e Diabo na Terra do Sol* de Glauber Rocha, simbolizam muito mais do que uma mera canção atribuída a um trecho cinematográfico ou a passagem de um filme; representa uma genuína experiência de resistência política e cultural por parte da população nordestina do Brasil. Experiências essas que não podem ser circunscritas a apenas uma perspectiva ou temporalidade. Trata-se de um conjunto de vivências, essencialmente plurais e que por muito tempo não teve espaço para ser retratada nos ambientes próprios da história acadêmica. Nesse sentido, para começarmos a presente reflexão é necessário considerarmos, sobretudo, dois aspectos que se destacam nessa temática: a figura recorrente do líder político e religioso Antônio Conselheiro; e o protagonismo de seus seguidores.

Filho de um pequeno comerciante, Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu no ano de 1830 na província do Ceará. Algumas décadas mais tarde, após algumas crises e problemas na vida pessoal, Antônio aos poucos começa a pregar pelas terras quentes do sertão, peregrinando pelas províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia. Sabe-se que ao longo dessa jornada passa a ser chamado tanto de beato, Antônio das Marés, Bom Jesus Conselheiro ou de Antônio Conselheiro. Por esse último nome ficou marcado na história e na memória nacional, o beato que, segundo os discursos da imprensa e do governo republicano estava querendo “restaurar a monarquia”, segundo o historiador Oleone Fontes

¹ Trecho da música de Sergio Ricardo presente no filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, dirigido por Glauber Rocha (1964).

‘Ao desembarcar na Bahia, no dia 6 de fevereiro de 1897, o coronel Antônio Moreira César, nascido na cidade de Pindamonhangaba, São Paulo, em 1850, estava convicto de que o episódio sertanejo era apenas parcela de grande conspiração restauradora da Monarquia’²

A ideia segundo a qual Antônio Conselheiro era favorável a um tipo de organização do Estado brasileiro – Monarquia – e desfavorável a outro – a República – está assentada em uma premissa correta, porém, utilizada para analisar uma sociedade no qual ela não cabe. Isto por que, no período monárquico sua peregrinação já incomodava aqueles que detinham terras e poder no sertão e até mesmo a Igreja Católica. O historiador Pedro Lima Vasconcelos, ao analisar a trajetória de Antônio Conselheiro, enfatiza que “Já em 1882 o arcebispado da Bahia intervém, por meio de uma carta endereçada aos vigários, proibindo a cessão, ao Conselheiro, do uso da palavra nas igrejas”³. Dessa forma, antes mesmo dos conflitos no regime republicano, a pregação e peregrinação de Antônio Conselheiro já geravam tensões nos poderes do Estado brasileiro, na Igreja Católica e entre outros indivíduos e grupos políticos.

Para Antônio Conselheiro a república representava algo negativo, não por compreender a forma como o Estado se organizaria em um sistema republicano, mas pelos efeitos práticos e cotidianos que aquele sistema representou nos espaços do sertão, o qual ele bem conhecia. Dentre as mudanças que a instauração da república trouxe e que o incomodavam está a separação entre o Estado e a Igreja, encarnada na dissolução de regras como o casamento religioso. Entretanto, podemos analisar essa separação não somente sob a ótica de que a república na condição de regime político tinha essa separação enquanto premissa, isto porque, é importante ressaltar que no começo da década de 1870 a Igreja Católica passava por um processo de centralização que pressupunha um maior controle de Roma sobre o funcionamento das cúrias nos países em que o catolicismo tivesse muitos adeptos. Então, a partir do Concílio Vaticano I (1869–1870), a própria igreja, por ordem de Roma, já começara a se afastar de muitos governos, no caso brasileiro rompendo com o regime de padroado, ainda nos tempos da monarquia. Na visão da historiadora Jacqueline Hermann, esse processo pode ser caracterizado como um “[...] esforço de romanização da Igreja, movimento liderado pelos papas Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), que

² FONTES, Oleone. “A expedição Moreira César em Os Sertões”. *in* SAMPAIO, Consuelo Novais. *Repensando Canudos: o jogo das oligarquias*. Luso-Brazilian Review, v. 30, n. 2, p. 150, 1993.

³ VASCONCELLOS, Pedro Lima. **Arqueologia de um monumento: os apontamentos de Antônio Conselheiro**. São Paulo: É Realizações, 2017, p. 150.

procurou retomar as determinações do Concílio de Trento (1545-1563), reforçar a estrutura hierárquica da Igreja [...]”⁴.

Em 1874 Antônio Conselheiro fora preso na província da Bahia. Sua prisão foi motivada pelo fato de sua pregação estar incomodando donos de terras e políticos no semiárido baiano. Sua prisão foi justificada na época como diligência em cumprimento a um suposto processo que corria na província do Ceará, no qual o conselheiro seria réu. Após a prisão se especulou enquadrá-lo como “louco” e enviá-lo para o Hospício de Pedro II, na corte do Rio de Janeiro, todavia, mediante a falta de vagas na instituição e buscando atestar a sua inclusão em inquérito no Ceará, o mesmo foi enviado em um navio para Fortaleza. Ao chegar à província do Ceará foi constatado que não existiam pendências com a justiça, sendo ele então solto. Pouco tempo após estar em liberdade, Antônio Conselheiro voltou a peregrinar e alguns meses depois já se encontrava novamente no sertão da província da Bahia, seguindo assim até os primeiros anos da república, fazendo o que considerava ser a obra divina, ajudando a construir e/ou reformar igrejas, cemitérios e pequenos açudes.

Diante desse panorama, o fato é que a república ampliou esse afastamento entre o Estado e a Igreja, porém, outros fatores tem relevância para compreender o choque entre Antônio Conselheiro e o Estado republicano. Com a instauração da República ocorreram mudanças em algumas esferas de organização da vida pública e da administração do Estado. Uma dessas mudanças foi a instituição de novas tabelas de impostos, que para o semiárido acabaram por sobrecarregar uma população não assistida pelo Estado, e somente taxada por ele. Os homens e mulheres do sertão pouco tinham relação com a administração do Estado e quando o tinham, tratava-se de uma relação desfavorável. A cobrança de novos impostos motivou Antônio Conselheiro e seus seguidores a atacar as tabelas que consideravam imorais. Será no desenrolar dessa situação que os seguidores do Conselheiro entraram em conflito pela primeira vez com as forças policiais⁵.

Após o conflito com a força policial da Bahia, Antônio Conselheiro abandona a vida de peregrino e decide se estabelecer, escolhe o povoado de Canudos⁶ e o rebatiza de Belo

⁴ HERMANN, Jacqueline. “Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado” in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.) O Brasil Republicano... O tempo do liberalismo excluyente (1889-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 124.

⁵ FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p.87.

⁶ Não há um consenso quanto às origens e aos usos das designações atribuídas a “Canudos”, “Belo Monte”, “Monte Santo” e “Cocorobó”, por vezes aparecendo em um trabalho uma designação e em outro que aparentemente trata do mesmo objeto aparecer outra nomenclatura. Tomo como exemplo a nomenclatura “Canudos” que em alguns artigos e livros aparece como referência à fazenda ao qual o Antônio Conselheiro e seus seguidores se instalaram; já em outros, tal referência aparece relacionado a uma planta típica da localidade, denominada canudo-de-pito. Acreditamos que essas duas interpretações se cruzam, tanto a fazenda tinha como nome Canudos, como esse nome foi utilizado para batizar a fazenda pelo fato de na localidade ter uma grande

Monte. A decisão de se estabelecer naquele pequeno povoado vai modificar completamente a dinâmica daquele espaço. Ao chegar, o peregrino vem acompanhado de seus seguidores e com o passar do tempo a notícia de que o beato tinha se estabelecido em um povoado e que nele existiam “barrancas de cuscuz e rios de leite” começa a se espalhar pelo sertão de vários estados. Segundo a análise do autor Rui Facó, a promessa de Antônio Conselheiro era de que os tempos de fartura estavam por vir e se materializariam em Belo Monte porque “[...] a abundância seria tamanha que as águas do Vaza-Barris se transformariam em leite e suas barrancas em pão de milho...”⁷. Com essa notícia um número expressivo de pessoas começa a se direcionar a cidade para viver com o *Bom Jesus Conselheiro*, isso faz aquele lugar saltar em pouco mais de três anos de povoado para “cidade” e a torna – no momento do conflito com o exército – um dos maiores espaços de densidade populacional da Bahia.

Já com relação ao protagonismo dos seguidores, pode-se encarar o sertão da região Nordeste⁸ como um palco de experiências sociais e políticas de nítidos contornos religiosos. Tais experiências possibilitam o florescer do que se pode chamar de Catolicismo Popular. Ao utilizarmos essa categoria, partimos do pressuposto de que os indivíduos envolvidos, ao mesmo tempo em que seguiam preceitos católicos, não tinham que se submeter a formas específicas de organização, que eram do interesse da igreja, ou seja, apesar de se entenderem como cristãos, essas pessoas não necessariamente eram influenciadas pela Igreja Católica. Segundo o autor Rui Facó, em sua narrativa acerca da expulsão dos freis capuchinhos da cidade de Belo Monte⁹, fica evidente que essa mobilização da população foi impulsionada – não por ordem de Antônio Conselheiro – pelos próprios habitantes de Belo Monte, que ao decidirem por uma intervenção autônoma demonstram que existe uma descontinuidade com o poder da igreja, mas não com a fé católica

“Foi o que aconteceu em Canudos. A missão religiosa encabeçada por Frei Monte Marciano é suspensa, não pela intervenção do chefe espiritual local, Antônio Conselheiro, que de início tenta conciliar seus próprios seguidores. Quem intervém ante a crise surgida pela reação negativa dos *fanáticos* a um sermão do sacerdote

quantidade da planta canudo-de-pito. Porém, com a chegada de Antônio Conselheiro e seus seguidores a localidade foi rebatizada como Belo Monte.

⁷ FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.87.p. 93.

⁸ É importante frisar que a ideia do Brasil como subdividido em cinco partes ou mais, correspondendo cada parte a uma região, não está presente no momento em que ocorreu a “Guerra de Canudos”. O Nordeste, enquanto uma região administrativa do Brasil, somente começa a nascer no correr das décadas de 1920 e 1930. Vale ressaltar também que o estado da Bahia não pertencia a essa região até o final da década de 1960.

⁹ Opto por utilizar o nome Belo Monte quando for me referir à cidade que se construiu em torno da figura de Antônio Conselheiro a partir do ano de 1894 e foi destruída pelas expedições militares em 1897. Ao fazer isso compreendo que os milhares de homens e mulheres sertanejos que convergiram para aquela localidade batizaram aquele espaço como Belo Monte e o utilizaram cotidianamente. É em virtude que esse nome será usado para o recorte 1893–1897.

católico é um chefe “leigo”, João Abade. É este quem arregimenta os clérigos, reclamando sua saída do povoado. A *missão* é suspensa e os sacerdotes católicos expulsos.” (p. 53)

Os homens e mulheres de Belo Monte tinham na figura de Antônio Conselheiro um líder religioso e eram devotados a ele, dessa forma podemos compreender que tanto o líder como seus seguidores tinham interesses e ideias “próximas”, no sentido mais literal que essa palavra pode ter. Nesse contexto, não era somente Antônio Conselheiro que tinha decidido retirar as tabelas de impostos ou que esteve ligado ao primeiro conflito com a força policial da Bahia, mas também seus seguidores.

Ao longo de quase dois anos de existência, Belo Monte e seus habitantes foram alvo de expedições enviadas pelo Presidente do Estado da Bahia e não logrando êxito o mesmo recorreu ao Presidente do Brasil e as tropas militares. Os sertanejos se defrontaram algumas vezes com a força policial e lutaram contra mais duas expedições. Até a 4ª expedição finalmente ter êxito após um cerco de quase dois meses em combate ao povo de Belo Monte. No dia 5 de outubro de 1897, os últimos “conselheiristas” em combate e que ainda permaneciam na cidade e lutavam contra o exército são derrotados e chega ao fim o que o engenheiro militar e jornalista Euclides da Cunha chama de “Campanha de Canudos”.

Terminado o conflito, o exército ordenou que todo aquele cenário fosse totalmente destruído, o fogo consumiu as casas feitas de barro e palha, ardendo em chamas a maior parte das estruturas da cidade. O ferro – das balas – e o fogo foram os elementos utilizados na primeira destruição da Belo Monte. Quando o exército se retirou da região restavam apenas cinzas da cidade que foi praticamente destruída, assim como os corpos expostos ao sol e aos animais, espalhando pela região o cheiro e a lembrança da morte. Somente algumas pequenas ruínas se mantiveram de pé, dentre elas a edificação da igreja e um cruzeiro propriamente dito. Esse cenário é descrito de forma contundente pela correspondente da *A Gazeta de Notícias* Fávila Nunes, na matéria de 8 de outubro de 1897:

“Pretendo seguir hoje para Monte Santo, porque a permanência aqui é insuportável, em vista da situação de Canudos, transformado em vastíssimo cemitério com milhares de cadáveres sepultados, outros milhares apenas cobertos de terra e o pior de tudo, outros milhares insepultos. Não se pode dar um passo sem se tropeçar em uma perna, um braço, um crânio, um corpo inteiro, outro mutilado, um monte de cadáveres, aqui meio queimados, outro ali ainda fumaçando, outros adiante completamente putrefados, disformes, e no meio de tudo, o incêndio, uma atmosfera cálida e impregnada de miasmas pútridos. Por toda a parte o cheiro horripilante de carne humana assada nos braseiros das casas incendiadas, cinco mil e duzentas casas em labaredas.” (p. 17).

Belo Monte se organizou de maneira autônoma, em relação ao Estado brasileiro, em determinado momento além de autônoma passou a ser rebelde em relação à república. Terminado o conflito, a autonomia deu lugar ao medo e a desconfiança, quando não a morte, pois a maior parte dos homens e mulheres que viviam em Belo Monte morreu no conflito, e alguns poucos sobreviveram. Foram muitos os motivos e as causas para que algumas pessoas tenham conseguido sobreviver, algumas pessoas saíram da cidade antes do exército conseguir controlá-la totalmente¹⁰, outras se renderam e tiveram a vida preservada.

Quanto às memórias das pessoas que se renderam, algumas fotografias do baiano Flávio de Barros são documentos históricos importantes, para o historiador Sergio Guerra as fotografias são importantes porque “através dos diversos suportes da comunicação, [podemos] criar outras possibilidades de escuta para as possíveis falas desses sujeitos até recentemente ocultos”¹¹. Com elas é possível compreender, por exemplo, uma média do número de sujeitos dentre o total dos que se renderam e chegaram vivos a Salvador ou percepções quanto ao local que fora utilizado como prisão pelo exército, isto porque, é possível notar a presença de alguns prisioneiros homens em um plano mais ao fundo dessa fotografia, porém, a grande maioria dos homens que se rendeu ou foi capturado teve como “pena” extraoficial a “gravata vermelha”¹². Partindo das informações presentes nessas fotografias e em documentos de outras naturezas é possível afirmar que a grande maioria dos que foram feitos prisioneiros e sobreviveram era composta por mulheres e crianças.

Ao analisar a fotografia das prisioneiras chego à conclusão semelhante à de Guerra, que diz que “podemos observar, notadamente na parte superior do conjunto, alguns homens sentados, entretanto são raríssimas notícias de prisioneiros”¹³. Com o objetivo de reforçar essa análise o autor mobiliza “as estrofes do livro em que José Guilherme cordelizou a terceira parte de *Os Sertões*, que reproduzo a seguir:

“Mas duas perguntas ficam
Para os interessados:
Porque os prisioneiros
À expedição confiados
Nunca mais apareceram;
Foram todos degolados?
E entre eles aquele

¹⁰ TAVARES, Odorico. **Canudos: cinquenta anos depois** (1947). Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1993. p. 40.

¹¹ PIEDADE, Lélis. **Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia, 1897-1901**. Portfolium Editora, 2002. p. 38.

¹² Optei por destacar nessa nota não apenas uma obra de referência, mas elucidar que é em certa medida é um consenso à prática da “gravata vermelha” ou degola.

¹³ Ver anexo 1.

Que à tropa se entregou,
 O Antônio Beatinho,
 Que desde amanhã de três
 Nunca mais se encontrou;
 Afinal, que fim levou?”¹⁴

Muito já se escreveu. Músicas foram compostas. Filmes foram produzidos. E Belo Monte e Canudos ainda se mantêm presentes na memória e na história da Bahia e do Brasil. A história da guerra e a trajetória de Antônio Conselheiro foram contadas por autores que se consagram ao relatar esse episódio da história nacional, caso de Euclides da Cunha com “*Os Sertões: Campanha de Canudos*”, clássico da literatura brasileira. Mesmo autores de outros países tiveram interesse e se inspiraram nessa história e em sua produção literária, como é o caso do escritor peruano Mário Vargas Llosa com o livro “*La Guerra del Fin del Mundo*”. Porém, a grande maioria dessas produções trata de Belo Monte ou de Canudos como uma história do fim do século XIX.

Para o pesquisador e cineasta Antônio Olavo, responsável pela edição do livro “*Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897 – 1901)*”, no qual está presente o trecho mencionado acima, a destruição de Belo Monte representou o fim de “um embrião de uma nova sociedade”¹⁵. Porém, esse fim não foi definitivo, mesmo que a derrota sofrida no dia 5 de outubro represente uma grande perda para os homens e mulheres que viveram por poucos anos naquela organização populacional sertaneja rebelde e mesmo que a cidade tenha sido destruída em 1897, a história de Canudos persiste e resiste ao esquecimento.

É fundamental compreender que a história que tem como objeto um indivíduo ou um grupo acaba sempre por ultrapassar alguns limites impostos que vão se construindo em relação a esse objeto, dessa maneira, compreender a história de Belo Monte e de Canudos passa por entender que ela pode ser interpretada como uma rebelião de muitas que não emergiram, pois em uma região que devido adureza da vida e sua relação com os poderes instituídos ficou marcada por inúmeras injustiças e uma constante tentativa de controle. Nesse sentido, Canudos conta apenas uma parte da história do sertão. Reforçando a ideia de Olavo sobre uma visão a ser superada, visão essa centrada no fato que “Os historiadores todos se fascinaram nessa tragédia final, nesse massacre final, nessa destruição. E ai, alimentando uma

¹⁴ CUNHA, José Guilherme da. *Canudos: A Luta*. Editora Pé de Bode. Salvador. 1991. *Apud* PIEDADE, Lélis. **Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia, 1897-1901**. Portfolium Editora, 2002 p. 38.

¹⁵ O relato de Fávila Nunes consegue elucidar de maneira eficiente a destruição e os momentos que se seguirão, porém, se faz necessário complementar esse relato com outros trechos escritos pelo próprio Olavo, mencionados a seguir: “[...] cumpriu-se o desígnio do presidente Prudente de Moraes que afirmou em Canudos não ficará “pedra sobre pedra”, para que não mais se possa reproduzir aquela cidade maldita. O desejo de extermínio era generalizado entre as elites. Segundo Aristides Milton “a preocupação dos generais era não deixar uma parede em meio, uma viga sequer intacta. Quiseram que ali se plantasse solidão e morte.” (p.17).

coisa que se transformou num mito que era: a destruição total, absoluta, com a morte da população toda de Canudos.”, fazer compreender que após a guerra os sobreviventes retornam a região e reconstróem naquele mesmo espaço o lugar que irão viver por décadas.

Para além dessa problemática, é necessário destacar que a história desse espaço e sua gente vão além do tempo de Antônio Conselheiro e Belo Monte. Em certa medida, “Canudos” ainda existe e se refez após o final da guerra, são muitas as camadas da história dessa região que tem que ser analisada se fazer com que estejam colocados juntos aos que viveram na Belo Monte de 120 anos atrás. Assim, esse trabalho visa à reflexão acerca de algumas dessas camadas históricas de Canudos, aqui chamada de “Segunda Canudos”¹⁶, que atualmente está submersa pelas águas do Açude Cocorobó. O objeto dessa pesquisa se insere no campo de História Política e seu recorte vai do final da guerra a construção e finalização do açude (1897-1969), tendo como principais eixos o cenário da seca e os ideários modernizadores do Estado, desenvolvidos ao longo da Primeira República e da Era Vargas; o projeto propriamente dito, bem como sua execução e desdobramentos; e por fim as expectativas e tensões geradas em relação as memórias desse espaço – ainda – em disputa.

No primeiro capítulo tratarei do clima de medo e do estado em que ficou a “cidade” de Belo Monte após saída das tropas militares. Nesse capítulo buscarei também compreender quais os fatores que possibilitaram o ressurgimento de Canudos, enquanto povoado/distrito do Município de Euclides da Cunha/BA, para em seguida debater como que o fenômeno da seca passa a ser uma questão central na relação que o Estado vai manter com aquele espaço e a sua população, passando por entender o papel da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas na região e a emergência do ideário modernizador no semiárido.

O segundo capítulo tem como eixo central a análise do ideário modernizador do Estado, encarnado na modificação do espaço a partir da construção do Açude Cocorobó. Um dos elementos centrais desse capítulo é a compreensão de que o açude construído sobre as ruínas de Belo Monte e o povoado de Canudos poderia ter sido feita sem o impacto que teve, sendo construída em um local que não afetaria o “espaço histórico” ou o povoado. Concluindo esse trabalho, se analisará a repercussão que a construção do referido açude teve a época, por meio da análise de periódicos.

¹⁶ Utilizo a nomenclatura “Segunda Canudos” para falar do povoado surgido em 1909. Essa designação foi/é utilizada em produções do Núcleo de Audiovisual do Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), vinculado a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

2. CAPÍTULO - ENTRE O FOGO E ÁGUA: CANUDOS (1897-1950)

Nos últimos tempos tenho me feito algumas perguntas, para as quais acredito não haver respostas fechadas. O que as pessoas conhecem sobre Canudos? Qual ou quais foram os meios que tiveram acesso à história de Canudos? Sua idade e escolaridade determinaram acesso diferente a produções sobre Canudos?

Esses questionamentos, se forem objeto de análise, demandariam trabalhos específicos sobre a historiografia produzida e “consumida” acerca da Guerra de Canudos e da “cidade” de Belo Monte, isto porque, não são perguntas fáceis de responder, mesmo que sejam respostas provisórias. Analisar o conhecimento produzido sobre esse tema e como as pessoas tiveram contato com ele e assim passaram a conhecer essa história marcada na memória e na historiografia brasileira é um longo trabalho que ainda não está no escopo dessa pesquisa, pois seria necessário investigar a forma como a temática de Canudos foi trabalhada nas últimas décadas nas escolas e nos materiais didáticos, assim como, compreender nuances do mercado editorial e a circulação de livros sobre a guerra, passando por Euclides da Cunha, Waldenice Galvão, Rui Facó, Mario Vargas Llosa e outros tantos autores e autoras que produziram livros que circularam pelo país todo.

Essas indagações surgem como um elemento central dessa pesquisa, porque compreende-se que entender as formas como essa história passou a ser escrita e “consumida” por uma parcela da população brasileira fornece elementos para entender em que medida poderiam ocorrer contestações a submersão do espaço histórico, hoje sobre as águas do Açude Cocorobó. Nesse sentido, é importante destacar que as visitas de determinadas personalidades já apontam para uma importância histórica daquele espaço, mas esses pontos serão retomados mais adiante.

Entende-se que essas perguntas carecem de uma pesquisa profunda e elaborada, porém, gostaria-se de levantar algumas reflexões a partir dessas três perguntas. Acredita-se primeiramente que, uma parte expressiva das pessoas que conhecem a história de Canudos, a conheceram por meio de dois caminhos, a escola e a literatura, e dentro dessas duas possibilidades, destaco que uma grande parte das pessoas que conheceu essa história por meio da literatura, esse contato ocorreu mediante o livro “*Os Sertões: Campanha de Canudos*” de Euclides da Cunha.

Euclides da Cunha produziu a obra que possivelmente têm a maior fama e repercussão sobre a Guerra de Canudos, e o espaço que a mesma adquiriu nas narrativas sobre Canudos fez com que José Calasans, um dos maiores pesquisadores sobre o tema, descrevesse a narrativa euclidiana como uma “galinha dos ovos ouro” do qual os pesquisadores deveriam se desprender ao analisar a temática. Cunha passou apenas alguns dias no cenário da guerra, como correspondente do jornal *Estado de São Paulo* e sequer estava na região no momento da investida final do exército sobre Belo Monte – em 5 de outubro de 1897. Cinco anos após o final do conflito *Os Sertões* é publicado pela primeira vez em 1902. Partindo dessas informações e das fontes, pode-se afirmar que o trabalho de Cunha tem um grande valor histórico e não há como desconsiderá-lo, mas outras narrativas acabam ficando a margem quando a obra mobiliza a maior parte da atenção dos leitores e leitoras.

Utilizando a expressão “No Calor da Hora”, de Waldenice Galvão, é possível fazer a seguinte reflexão: apenas Euclides da Cunha foi enviado para “cobrir” a guerra? A resposta para essa pergunta é não. Porém, quando se trata dessa época ou até mesmo quando se pensa em pessoas que escreveram sem ter ido ao local do conflito, até mesmo décadas depois, poucos são os trabalhos que são mencionados. Buscando ampliar esse quadro, podemos citar o jornalista e militante comunista Rui Facó, que produziu o livro *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*¹⁷. Obra escrita tendo como aporte teórico a sua formação marxista, que o fez interpretar aqueles fatos enquanto mais uma expressão da “luta de classes”.

Outras obras, inclusive ultrapassam o período estudado por Cunha, como é o caso do *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897– 1901)*, que nas palavras do historiador Sergio Guerra:

“[...] faz parte de um conjunto de obras que foram condenadas ao esquecimento, dele só escapando, após longas jornadas de trevas, para nosso convívio, graças a alguns raros e persistentes monges de erudição e canudófilos, rompendo assim o que o mestre Calasans chamava apropriadamente de “gaiola de ouro euclidiana”.”¹⁸

É a partir da ação desse comitê que analisaremos a destruição de Belo Monte após o dia 5 de outubro, buscando compreender o que ocorreu com alguns dos homens e mulheres sertanejos que viviam em Belo Monte.

2.1 COMITÊ PATRIÓTICO NO SERTÃO

¹⁷ FACÓ, Rui. *"Cangaceiros e fanáticos"*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

¹⁸ PIEDADE, Lélis. *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia, 1897-1901*. Portfolium Editora, 2002. p. 31.

Quando as últimas pessoas foram mortas em batalha, os últimos prisioneiros foram degolados e as casas foram consumidas pelo fogo, ainda assim restou algo de Belo Monte. Restaram ruínas, restou carne, restou sangue, restaram também às famílias, vivências, memórias, e junto a isso tudo restou o medo. O medo e os corpos em decomposição foram algumas das coisas que mais marcaram os meses e anos que se seguiram a guerra.

Medo, solidão e morte. Se houvessem fotógrafos naquelas terras quentes do sertão seria isso que suas lentes iriam registrar, se assim as imagens conseguissem captar. A morte passou a ser uma constante nos tempos que se seguiram, podia ser captada nas imagens daqueles que não mais estavam vivos, para essas pessoas a morte já tinha realizado a sua “missão”, mas para os sobreviventes ela também se fazia presente, isto porque, segundo relatórios e cartas do Comitê Patriótico da Bahia, os conselheiristas ou as pessoas que fossem identificadas sob essa “marca” foram constantemente perseguidas e assassinadas a mando de alguns fazendeiros da região, como argumenta Olavo no trecho introdutório da edição:

“Estigmatizados como “jagunços”, os sobreviventes foram abertamente perseguidos e perambularam, clandestinos, pelos pequenos povoados nordestinos onde não fossem reconhecidos ou se refugiaram nos abrigos naturais, a espera de tempos melhores para retornar às suas comunidades de origem. Dispersos e com suas famílias fragmentadas, sofreram ameaças de morte, muitas delas concretizadas.”¹⁹

Segundo ele, o comitê foi inicialmente criado para dar auxílio aos soldados feridos e seus familiares, e começou gradativamente a se preocupar com os conselheiristas que precisavam de apoio médico ou assistências de outra natureza, sobretudo as crianças. Finalizado o conflito, a atenção do comitê já era dirigida para os dois lados e em novembro de 1897 o dirigente do comitê já demonstrava apreensão frente aos relatos de perseguição, pois tinha

“em seu poder um pedido de sertanejos para advogar a causa de muitos indivíduos, que estão ilegalmente sendo perseguidos por suspeitos de conselheiristas. Disto ocupar-se-á com o governo; mas roga ao Comitê de continuar a sua obra de salvar mulheres e crianças, distribuídas como se animais fossem”²⁰.

Sobreviver ao conflito significou apenas uma etapa na luta pela vida, travada pelas parcelas pobres da população sertaneja, que em alguma medida ficavam sob o julgo dos

¹⁹ PIEDADE, Lélis. **Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia, 1897-1901**. Portfolium Editora, 2002. p. 21.

²⁰ *Idem Ibidem*. p. 17

proprietários de terras, aos quais chamamos popularmente de “coronéis”. Segundo a historiadora Consuelo Novais Sampaio, no momento seguinte ao fim do conflito, um dos fazendeiros da região esperava que o “fim” dado aos prisioneiros homens se estendesse para todas as pessoas sob o poder do exército, em uma carta de 15 de outubro de 1897 ele expressa que:

“Houve para mais de duzentos degolados de dois para três dias seguindo assim, e assim tem seguido. Muitas mulheres e crianças em Monte Santo, seguindo para a Bahia para dar maior dispêndio ao Estado!! Que deveria era tudo ser degolado mas assim não quer o tal marechal.”²¹

Para o Estado o episódio estava encerrado poucos meses após a tomada e destruição de Belo Monte. A guerra foi objeto de atenção durante quase toda a duração da terceira e da quarta expedição, porém, aos poucos outras demandas passam a capturar essa atenção²² e a população do sertão ficará a mercê destes fazendeiros, tanto para sua proteção, como enquanto alvo de perseguições.

Diante dos vestígios²³ de tal negligencia, para com o cenário da guerra, pode-se destacar três possíveis fatores para o ocorrido: o panorama sanitário “anti-humano” do abandono dos corpos que já se desintegravam ao calor do sol, sem que ocorresse nenhuma ação por parte do Estado para o sepultamento, ficando a cargo dos próprios indivíduos da região e até mesmo de fazendeiros²⁴; o quadro das perseguições aos sobreviventes, só irá mudar a partir de um “salvo conduto”²⁵ cinco anos mais tarde; e o posicionamento do Senador Rui Barbosa, que nunca chegou a ser realizado na tribuna do senado, aparentando não ter mais relevância frente as novas demandas e embates políticos que surgiam. O *habeas-corpus* que Barbosa escreveu em defesa dos que morrem e da situação dos sobreviventes jamais saiu da gaveta de sua escrivaninha. E a tribuna jamais ouviu tais palavras:

“Os mortos pululam por entre os vivos: inclinam-se daquelas cadeiras, não se vêem, não se ouvem, se sentem, como que se palpam. Vêm das caatingas do norte, dos campos devastados da guerra, das ruínas lavradas pelo fogo, dos destroços do petróleo e da dinamite; são desarmados, mulheres e crianças; mostram no colo o

²¹ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Canudos**: cartas para o Barão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p, 74.

²² Segundo Sampaio, após a guerra as atenções são redirecionadas para a convenção do Partido Republicano Federal (PRF).

²³ Utilizo a ideia de vestígio de Carlo Ginzburg defendida no Paradigma Indiciário.

²⁴ Segundo o depoimento de Francisca Guilhermina dos Santos ao jornalista Odorico Tavares, quem cuidou do sepultamento de algumas pessoas foi “Ángelo dos Reis, um fazendeiro daqui de perto, veio com 20 homens, reunir cadáveres, para enterrar.” p. 40.

²⁵ PIEDADE, Lélis. **Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia, 1897-1901**. Portfolium Editora, 2002. p, 22.

sulco da gravata sinistra; mutilados, eviscerados, carbonizados, estão dizendo: Falai por nós, legisladores brasileiros, que falais por vossas almas, por vossos filhos...”²⁶

Compreender essas camadas da história de Canudos passa necessariamente por ouvir os oprimidos na história, aqueles que por muito tempo foram desconsiderados como agentes históricos e tiveram sua vida colocada à margem da historiografia. Nesse sentido, a análise das camadas dessa história passa por considerar os “conselheiristas” como agentes. Para entender as perseguições e o “salvo conduto” se recorre ao depoimento do Sr. Ioiô Siqueira (contemporâneo aos sobreviventes), dado aos pesquisadores Antônio Olavo e Lúcia Mascarenhas em 10 de novembro de 1996:

“No começo começaram a perseguir, compreendeu? Mas, depois, no governo que não sei se foi Manuel Ferraz... ou Campos Sales... [Manuel Ferraz de Campos Sales, presidente entre 1898 e 1902], que deu a alforria, eu sei que saiu Prudente de Morais, saiu Prudente de Morais e entrou logo outro e deu essa alforria. (...) A alforria foi o seguinte... que todos os combatentes de Canudos que se arretiraram eles são beneficiados... tava livre... (...) Anistia, todos anistiados... o coronel Zé Américo que perseguia muito..., ali tinham jagunço que vinha e se escondia..., então veio a ordem para ele não ofender mais os jagunços... aqueles que se arretiraram de Canudos. (...) Essa alforria foi depois de uns três anos ou mais ou menos [...] correu o boato que tava perseguindo porque era de Canudos e tavam fazendo e acontecendo isso, foi por intermédio de algum jornalista, outras pessoas que se interessava né e chegava aos ouvidos do Ministro, então ele baixou um decreto de alforria dano a todos os combatentes de Canudos que não tinha que ninguém prender e a justiça não tinha nada com isso, aí ficou...”²⁷

Quando busca-se refletir sobre o porquê um ato do Estado – como o “salvo conduto” – acaba por gerar uma modificação nas tensões políticas e sociais em vigor na região de Canudos, acaba-se por concordar com sociólogo Pierre Bourdieu²⁸, que argumenta que o Estado carrega um discurso universal e que por isso sua ação acaba por impactar na sociedade. A ação do Estado não acabou totalmente com as perseguições, mas retirou parte da legitimidade dos fazendeiros que perseguiram os sobreviventes.

2.2 A SEGUNDA CANUDOS: UM POVOADO DE SOBREVIVENTES

Com a diminuição das perseguições a possibilidade do espaço onde era Belo Monte voltar a ser ocupada passa a ser uma realidade. Parte dos sobreviventes que visitava a

²⁶ PIEDADE, Lélis. *apud* (obras completas de Rui Barbosa, V. 24, t. 1, 1897, p. 299-309) sob o título O Partido Republicano Conservador – Discursos Parlamentares, edição de 1952.

²⁷ PIEDADE, Lélis. **Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia, 1897-1901**. Portfolium Editora, 2002. p. 23.

²⁸ BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989 – 92). Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2014.

“cidade” do *Bom Jesus* “as escondidas” começa a se estabelecer no local e aos poucos vão surgindo novas edificações. É importante ressaltar que parte expressiva das milhares de pessoas que seguiram Conselheiro até a região e com ele se estabeleceram, eram provenientes de lugares distintos do sertão, possivelmente, até de fora dele. Nesse sentido, os sobreviventes que se estabeleceram e que refundaram o povoado, novamente batizado de Canudos, não haviam nascido na região, mas a escolheram para viver. Quando é concluída a obra do Açude Cocorobó, no final dos anos 60, o que ficará embaixo da lâmina d’água será tanto o novo povoado de Canudos – que a partir daqui irei me referir como Segunda Canudos – quanto as ruínas da antiga Belo Monte, mas esse é um ponto que será analisado no segundo capítulo.

Na história de Canudos existem pontos que concentram informações conflitantes, e a fundação ou refundação do povoado é um deles, pois existem referências tanto à data de 1902²⁹, ano que é dado o “salvo conduto” aos “conselheiristas” como ao ano de 1909³⁰. Utilizando como referências depoimentos de sobreviventes dados a jornalistas, é possível considerar o ano de 1909 como a data mais provável para a retomada das ocupações na região em questão.

Um dos sobreviventes, o Sr. Manoel Ciriaco fala que: “[...] Acabou-se Canudos e durante uns dez anos, só se vinha aqui de passagem. Casa nenhuma até 1909. E o pessoal que se salvou morava pelas fazendas [...]”³¹. Esse e outros depoimentos foram dados ao jornalista Odorico Tavares, que em 1946 visitou a região junto com o fotógrafo Pierre Verger, para fazer uma reportagem especial sobre os 50 anos de Canudos, para a revista *O Cruzeiro*³².

A Segunda Canudos está inserida no que se conhece, em termos geográficos, como “Polígono das Secas”³³, que tem como característica a pouca e irregular precipitação de água. Faz parte do conjunto de regiões semiáridas, e segundo o economista Celso Furtado, é a que tem a maior densidade populacional em todo o mundo. Entretanto, quando pensamos na Guerra de Canudos a questão da seca acaba ficando em segundo plano, mas para a Canudos

²⁹ Segundo Sampaio o povoado teria surgido em 1902, porém, como afirma a própria autora, isso é apenas uma especulação, conforme o trecho a seguir “Não conheço estudo que acompanhe o renascer de Canudos das cinzas deixadas pelo incêndio da expedição Artur Oscar. Sabe-se que em 1902 o arraial já estava em processo de recuperação. Aos poucos, os sertanejos foram retornando e levantando suas casas de barro batido.” p. 83.

³⁰ TAVARES, Odorico. **Canudos**: cinquenta anos depois (1947). Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1993.p, 32.

³¹ *Idem Ibidem*, p, 48.

³² *O Cruzeiro*, 19 jul. 1947. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pesq=Canudos>> Acesso em: 14 out 2018.

³³ A ideia de Polígono das Secas foi institucionalizada pela Lei nº 175/1936 e reformulada em 1946 pela Lei nº 9.857. Esse conceito é utilizado por instituições do Estado brasileiro e serve como referência na delimitação dos espaços geográficos, sendo amplamente utilizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

do século XX, a seca foi um dos elementos centrais. Pelo menos quando se pensa em sua direta interrelação com as políticas estatais. Quando Tavares entrevista um dos sobreviventes o panorama da relevância do clima na vida prática já está desenhado, como evidenciado na fala do “velho Mariano”, que relata “Voltei para Canudos, fui um dos primeiros que voltaram para essas redondezas, onde antigamente o verde das folhas não faltava. Hoje, sêca é o ano todo.”³⁴.

2.3 SECA E PODER

A partir desse ponto compreendo a seca como um fenômeno natural e social. Haja visto, que o ser humano – desde muito tempo – modifica os espaços em que vive em maior ou menor grau, o que significa que seja vivendo em uma floresta densa, em um deserto, em estepes ou no semiárido, como é nosso caso, o ser humano traça estratégias para viver e se perpetuar nesses espaços. Então, ao mesmo tempo em que se tem que compreender que a seca é um fenômeno da natureza, devemos analisar de quais formas se dão as suas dinâmicas com o espaço em que ocupam, considerando fatores econômicos, culturais, sociais e políticos.

O semiárido nordestino é impactado por recorrentes secas há muitos séculos, segundo o historiador Marco Antonio Villa “[...] o primeiro registro da ocorrência de seca nos documentos portugueses é de 1552, três anos após a chegada do primeiro governador-geral [...]”³⁵. No período colonial e imperial são inúmeros os relatos desses fenômenos e seus efeitos sobre a população humana e animal. Foi inclusive no século XIX que ocorreu a seca que possivelmente mais marcou a História do Brasil, a seca de 1877³⁶. Foi devido ao impacto dessa seca e das que se seguiram que foram traçados os primeiros planos de ação por parte do Estado³⁷. Segundo o engenheiro Flávio Miguez de Mello:

³⁴ O jornalista Odorico Tavares e o fotógrafo Pierre Verger viajaram à Segunda Canudos em 1946 em nome da revista *O Cruzeiro* e conversaram com diversos sobreviventes da Guerra de Canudos. Dessa viagem além da reportagem surgiram registros históricos como as fotografias de Verger e os depoimentos coletados por Tavares no livro *Canudos: cinquenta anos depois*.

³⁵ VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000. p. 17.

³⁶ Segundo o historiador Marco Antonio Villa, foi ao longo do século XIX que o impacto das secas começou a ser mais forte, porque a região litorânea do nordeste que servia como válvula de escape em tempos de calamidade no sertão não desempenhava mais essa função, em virtude dessa mesma região ter entrado em um contínuo processo de falência.

³⁷ Ao longo do século XIX foram criadas comissões e/ou grupos de trabalho para traçar estratégias de ação para os momentos de crise da seca, uma estratégia curiosa proposta mais de uma vez foi a importação de camelos para o semiárido, com o objetivo de facilitar o deslocamento da população que migrava para fora da região em crise. Outra ação, muito mais recorrente ao longo dos séculos XIX e XX era a distribuição de alimentos e outros itens.

“Como de costume, só em época de calamidades é que as obra e organismos governamentais são efetivados. Assim, a partir de 1904, foram criadas três comissões: a Comissão de Açudes e Irrigação, a Comissão de Perfuração de Poços, e a Comissão de Estudos e Obras Contra as Secas. Essas comissões foram aglutinadas em 1906 na Superintendência de Obras Contra os Efeitos das Secas. Os precários resultados observados levaram, em 21 de outubro de 1909, pela idealização de Francisco Sá, Pires do Rio e Arrojado Lisboa, à criação pelo governo de Nilo Peçanha, da Inspetoria de Obras Contra as Secas, embrião do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.”³⁸

Coincidindo com a fundação do povoado de Canudos, em 1909 é criado um órgão permanente para planejar a ação do Estado frente às crises que a seca acarreta, esse órgão era chamado de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), mas atualmente é chamado de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e entre os anos de 1919 e 1945 tinha a denominação de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Quando foi instituído, o órgão contava com uma equipe que fez um grande levantamento de vários dados sobre a região semiárida, porém, muitos dos estudos resultaram em ações jamais implementadas. Isto porque, uma das características das ações “contra” as secas é a sua descontinuidade, como evidencia Miguez:

“O primeiro inspetor chefe da IOCS foi o dinâmico engenheiro Miguez Arrojado Ribeiro Lisboa que, devido a carência de recursos humanos da época, convocou renomados profissionais do Sudeste e do exterior para o desenvolvimento de estudos bastante completos, abrangendo a hidrologia, a geologia, e pedologia, a botânica, a sociologia, a antropologia e a economia.”³⁹

Uma das ações que passou a ser desenvolvida pelo IOCS foi à implementação de estações pluviométricas, para medir as precipitações em toda a região, com essas estações seria possível ter o “recolhimento das informações científicas da região”⁴⁰. Com esses e outros dados era possível para o Estado ter a dimensão das peculiaridades de cada área da região do polígono das secas. Segundo os dados compilados pela Divisão de Hidrologia da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), instituição que mais a frente será analisada, a bacia do rio Vaza-Barris já contava com um posto de medição da pluviometria mensal no ano de 1911, este posto não por acaso era chamado também de “Canudos”, cuja numeração era 38-91-67⁴¹. O posto Canudos tem registro de dados do ano de

³⁸ MIGUEZ, Flávio. **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI**: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. CB de Barragens - Rio de Janeiro: CBDB, 2011. p, 68.

³⁹ *Idem ibidem*. p, 68.

⁴⁰ VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000. p, 95.

⁴¹ Divisão de Hidrologia da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – Consultado em Arquivo Nacional em setembro de 2018.

1911 até o ano de 1967, o que pode indicar que a localização dele foi alterada ou ficou inoperante por causa da preparação para encher o Açude Cocorobó.

Em um estudo detalhado sobre as precipitações e o funcionamento do posto Canudos poderíamos mobilizar todos os dados e analisá-los, como esse não é o único eixo desta pesquisa é possível apenas destacar a quantidade de chuvas maior ou menor no período de 1911 a 1967. No ano de 1924 é registrado a maior concentração de chuvas na área da medição, cujo total foi de 1644,6 milímetros. Na contramão desse imenso volume de chuvas, no ano de 1961 o posto registro apenas 63,6 milímetros⁴². Nesse sentido, os dados coletados com as estações pluviométricas cumprem parte do objetivo do antigo Ministério de Viação e Obras Públicas, que segundo relatório de 1911 era “Com as observações pluviométricas e as descargas das correntes medidas diretamente, durante as estações de chuvas, é possível projectar com segurança as obras de represa com as proporções convenientes [...]”⁴³.

Ao mobilizar esses dados podemos compreender que as chamadas informações “técnicas” estavam à disposição dos engenheiros, políticos, além de outros agentes relacionados ao Estado e que essas informações poderiam ser utilizadas em uma perspectiva que considerasse a demanda da população da região ao planejar e executar as ações do DNOCS. Entretanto, a maior parte das ações foram feitas a “toque de caixa” e acabaram por gerar descompassos entre as demandas da população local e o desejo dos “donos do poder”.

Nos anos 1930, quando ocorre uma reestruturação das bases do Estado brasileiro, centrada na figura de Getúlio Vargas, também ocorrem transformações na forma como esse Estado atua no interior do país, no qual o sertão semiárido também se insere. Um Estado que passa a melhor se organizar e atuar em diversos setores, conseqüentemente passa a ser o principal agente na organização econômica, social e política do sertão. Com o retorno da seca em 1932 a ação do Estado sob o comando de Vargas passa a se concentrar no setor rodoviário, tendo como exemplo a construção de uma rodovia ligando Salvador a Fortaleza que terá impacto na região de Canudos, afinal essa rodovia passa até os dias atuais do que um dia foi a Segunda Canudos. Em um dos poucos relatos de um dos sobreviventes, Manoel Ciríaco, durante uma conversa/entrevista ao jornalista Odorico Tavares ele narra que, “Deus me ajudou. Comecei a criar uns bodezinhos, mas vieram as secas. Em 1932, apareceu aqui o engenheiro Luís Vieira, que me prometeu um emprego de vigia nos serviços que se iam iniciar. Peguei o emprego e depois fui aposentado [...]”.

⁴² Divisão de Hidrologia da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – Consultado em Arquivo Nacional em setembro de 2018.

⁴³ Relatório de Obras Executadas do Ministério de Viação e Obras Públicas (1911). Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/brazil>>; Acesso em: 28 ago. 2019.

Ao longo da década de 1930 as obras iram se concentrar no setor rodoviário. Tanto a construção da rodovia Transnordestina, que ligaria Salvador a Fortaleza (atualmente BR 116), como a rodovia que ligaria Aracaju a cidade de Petrolina/BA (atualmente BR 235), são obras que simbolizam a presença do Estado, impactando diretamente na dinâmica econômica e social. Essas duas rodovias se cruzam na altura de Canudos e sua construção ocasionou o direcionamento de um novo fluxo populacional para a região.

O drama das secas faz com que o a Segunda Canudos vá aos poucos adquirindo uma nova fisionomia, isto porque, essas obras acabaram por transformar o povoado em um polo de atração para os migrantes em tempos de crise. Era quase uma regra em tempo de seca. Onde houvesse uma estrutura haveria a chegada de “retirantes”. A população sertaneja, que sofria em tempos de carestia e seca, tinha estratégias para dirimir seu drama, dentre essas estratégias estava à criação de redes de informações, com as quais era possível saber que locais eram mais seguros para conseguir alimentos e/ou trabalho nas chamadas “obras de socorro”. Segundo a historiadora Lara Vanessa de Castro Ferreira:

“[...] lavradores, vaqueiros, artesãos e donas de casa, acostumados com a vida no sertão, deixaram seus afazeres, seus animais, suas casas, conhecido e parentes, suas redes, seus pertences, sujeitos à fome e às epidemias, em busca de opções. Trilhar as rotas das obras públicas em busca de trabalho também foi um importante meio de contornar as dificuldades.”⁴⁴

A mudança na estrutura do Estado, com a sua maior intervenção em diversos setores, fez com que certa concepção de progresso e o ideal desenvolvimentista comecem a mudar de maneira mais significativa as estruturas sociais e econômicas do sertão, com a construção de estradas e açudes. Bem como a própria presença de mão de obra assalariada do setor público, que tinha maior aporte financeiro devido aos altos salários, evidenciado com a construção de um escritório da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas e de uma infraestrutura para sua atuação.

Considerando esse recorte temporal, se pode falar que a Segunda Canudos emerge a partir das lembranças dos tempos conselheiristas, porém, a repercussão que esse renascer tem é muito diminuta. Para os sobreviventes, poder voltar ao local onde viveram com o Antônio Conselheiro e criaram laços entre si tinha uma grande relevância, mas para a imprensa e muitos outros atores sociais, esse retorno passou quase despercebido. Falar sobre esse novo povoado e sobre os sujeitos históricos que nele viveram é reafirmar que a história é a

⁴⁴ FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de seca**. 2016. 10 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

trajetória do ser humano no tempo, independentemente de seu reconhecimento político, de seu capital financeiro ou de outros aspectos que possam ser descritos como cruciais para distinção social.

3. PODER DAS ÁGUAS (1951-1969).

A presença do escritório do IFOCS na região de Canudos faz a Segunda Canudos se transformar paulatinamente. Aos poucos as casas de barro vão dando lugar as novas edificações. A chegada de funcionários do governo, sobretudo do IFOCS, acarreta numa diversificação das construções, habitações e outros prédios. Muitas das famílias que fizeram parte da refundação de Canudos – a partir de 1909 – não haviam “tomado parte” na guerra, mas habitavam a região, dentre essas famílias estava a do advogado e memorialista Eldon Canário. Seu pai e o seu tio podem ser descritos como lideranças locais e viveram desde a refundação. A presença do Estado foi o mote central das mudanças no espaço de Canudos, segundo Canário

“Antes, Canudos se limitava a uma imensa praça, com barracão (ou mercado) no centro, e a igreja, erguida na extremidade de uma das carreiras de casas, nas proximidades do rio. Eram moradias simples, geminadas, feitas de adobes, todas baixas, com uma ou duas janelas e uma porta, apenas caiadas. Com a chegada do DNOCS, os comerciantes começaram a ganhar mais dinheiro e passaram a construir novas residências, reformar as já existentes, dotando-as de maiores e melhores compartimentos internos, como banheiro e privada, embelezando-lhes as fachadas, com platibandas, e pintando-as em cores vivas e diversos. Assim fizeram Isaiás Canário, Antônio Batista, Seu Pombinho e Enock Canário, que dominavam o comércio local.”⁴⁵

O aumento da importância da região, atrelado a uma infraestrutura nova e a dimensão histórica que aquele espaço já carregava, assim como as obras que estavam em andamento, fizeram com que em 18 de outubro de 1940 o chefe do regime Estado Novo, Getúlio Vargas, visitasse a região, inclusive o “espaço histórico”⁴⁶. O motivo da visita teria sido o acompanhamento das obras de infraestrutura, sobretudo, as rodovias, vistas como um importante meio de integração regional. Além disso, segundo Canário, ao visitar a região Vargas fez questão de conhecer os cenários da guerra, o que é um indicativo de que aquele espaço já poderia ser reconhecido como tendo importância histórica.

Após a visita de Vargas começam a surgir especulações de que ele havia prometido construir um açude na região para melhorar o acesso à água. As informações sobre essa promessa e suas motivações, ainda são tema de debate: existe a ideia de que o presidente havia prometido construir o açude em atendimento à demanda do chefe político local, Isaiás Canário, que ao ser indagado por Vargas sobre o que a região precisava teria dito “um açude”;

⁴⁵ CANÁRIO, Eldon Dantas. **Canudos - Sob as Águas da Ilusão**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, Centro de Estudos Euclides da Cunha, 2002. p. 13.

⁴⁶ Jornal *A Tarde* 19 out 1940.

circula também a informação de que essa promessa teria sido feita para manter o IFOCS na região, em virtude do fato de que a construção das rodovias se encontravam em fase final.⁴⁷

3.1 AÇUDE COCOROBÓ – A PROMESSA DAS ÁGUAS

Cerca de cinco anos após a saída – e retorno – a construção do açude é iniciada em 1951. Existem poucas informações acerca da ideia de construir um açude no rio Vaza Barris, sobre o espaço histórico de Belo Monte, e a maior parte dessas informações está ligada somente a visita de Getúlio. Entre os documentos analisados do período citado, que mencionam estudos para aproveitamento das águas do rio Vaza Barris, podemos citar a mensagem ao Congresso Nacional do presidente Dutra do ano de 1949 “[...] os estudos complementares [...] das Várzeas do Canché, a jusante de Canudos, para aproveitamento do Vaza Barris, na Bahia [...]”⁴⁸

As primeiras especulações acerca da construção do açude surgiram durante o Estado Novo, porém, foi a partir 1951 que voltou a circular de maneira mais sistemática as informações a respeito da referida obra. No final do mesmo ano são iniciadas as obras de preparação do terreno. Nesse período é possível identificar que diversos personagens da vida política, como por exemplo, Café Filho e Régis Pacheco⁴⁹, visitam o espaço histórico. De acordo com jornal *Tribuna da Imprensa*, publicado em 1952, Getúlio Vargas ao retornar ao poder na década de 1950, se refere à construção do açude nos seguintes termos: “Canudos é um cemitério que as águas cobrirão”⁵⁰, o que resultaria na remoção da população da Segunda Canudos geraram apreensão e expectativas na região⁵¹.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)⁵² elaborou e executou a construção do açude. Desde a sua idealização o sistema político brasileiro gravitou entre regimes autoritários e democráticos. As obras iniciadas em 1951 seguiram até a virada do ano

⁴⁷ CANÁRIO, Eldon Dantas. **Canudos - Sob as Águas da Ilusão**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, Centro de Estudos Euclides da Cunha, 2002. p. 17.

⁴⁸ DUTRA, Eurico Gaspar. **Mensagem ao Congresso Nacional**: apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949. impr. nac., 1949. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/brazil>>. Acesso em: 25 set 2019.

⁴⁹ Vice-presidente da República, de 1951 até 1954 e Governador da Bahia, de 1951 a 1955, respectivamente.

⁵⁰ *Tribuna da Imprensa*, 30 de dez. 1952.

⁵¹ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Canudos**: cartas para o Barão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 84.

⁵² O DNOCS nasce em 1909 sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), transformando-se no ano 1919 em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em 28 de dezembro de 1945 é reestruturado e passa ter o nome Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, funcionando como um órgão de planejamento regional vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas (1909 – 1967), passando por nova reestruturação em 1 de junho de 1963 e constituindo-se como uma autarquia federal

de 1968 para o ano de 1969⁵³. As obras sofreram constantes paralisações ao longo dos anos, como reflexo das mudanças na conjuntura política, assim como na administração direta do DNOCS⁵⁴, o que gerou constantes reformulações no projeto inicial, até 1965, quando então foi executado o projeto existente atualmente. A construção do Cocorobó resultou na destruição das ruínas de Belo Monte e na destruição do povoado de Canudos, porém, há indícios de que havia outros locais tão ou mais adequados para aproveitar as águas da bacia do Vaza Barris, tais como: As Várzeas do Canché – já mencionada – e o Caipã⁵⁵.

A presença na mensagem ao Congresso Nacional de 1949 da referência as “Várzeas do Canché” sugerem que ocorreram estudos de viabilidade em locais que não impactariam na submersão do povoado de Canudos. Segundo Flávio Miguez são apontadas duas interpretações possíveis sobre a construção do Açude Cocorobó. Uma das vertentes avalia que a construção do açude objetivou apagar da memória nacional e local o “triste incidente de canudos”⁵⁶; uma segunda interpretação, de caráter “técnico”, sugere que a viabilidade de construir o açude no rio Vaza Barris passava por submergir as ruínas da “cidade” de Belo Monte e a Segunda de Canudos, isto porque, os estudos de viabilidade do açude “certificam que o local selecionado é na realidade o mais apropriado para a implementação da barragem” e que “não havia local tão propício para um reservatório”⁵⁷. Todavia, mesmo aparentemente não se vinculando a nenhuma das duas correntes, o engenheiro levanta questionamentos quanto ao conflito entre tais correntes de interpretação, apontando uma convergência entre as duas interpretações.

Planejar a construção de açudes e perfuração de poços era tarefa do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) missão que a partir de 1960 passou a ser coordenada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁵⁸. Até a criação da SUDENE se evidencia uma política de intervenção do Estado no meio, que se convencionou chamar de *fase hidráulica de desenvolvimento do Nordeste*. Esse novo órgão, além de ser incumbido de fomentar o processo industrial na zona da mata nordestina, também

⁵³ Consta no relatório “Açudes Públicos do Nordeste: relação de reservatórios construídos até 1988” do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, que o Açude Cocorobó foi iniciado em 1951 e concluído em 1970. Porém, outras fontes apresentam o final do ano de 1968 como momento da conclusão das obras, e ainda há fontes que descrevem o início do ano de 1969 como ano de conclusão da obra. Essa divergência quanto à finalização do açude é dificultada pelo fato de não haver uma “inauguração” do Cocorobó.

⁵⁴ Entre os anos de 1951 e 1969 ocorreram cerca de 16 mudanças na Direção do DNOCS.

⁵⁵ CANÁRIO, Eldon Dantas. **Canudos - Sob as Águas da Ilusão**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, Centro de Estudos Euclides da Cunha, 2002. p. 17.

⁵⁶ MIGUEZ, Flávio. **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI**: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. CB de Barragens - Rio de Janeiro: CBDB, 2011. p. 85

⁵⁷ *Idem Ibidem*. p. 86.

⁵⁸ BRASIL. Lei Federal nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. **Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências**.

era responsável por implementar uma nova política de desenvolvimento do semiárido, calcada na convivência com a seca. Na análise dos dirigentes da SUDENE, os grandes açudes não tinham um objetivo bem definido e eram obras com baixa eficiência.

Partindo da ideia de que os açudes modificam a natureza e não eram parte do planejamento regional da superintendência, as obras em andamento seguiriam, mas novos açudes não deviam ser projetados e os já existentes ou em fase de conclusão passariam a ter perímetros irrigados para produção agrícola destinada a *cultura de xerófitas*⁵⁹. Essa era a concepção central de um dos idealizadores do novo órgão e seu primeiro superintendente, Celso Furtado:

“O objetivo central do governo teria de ser apoiar unidades produtivas capazes de alcançar maior produtividade de mão de obra na criação e na cultura de xerófitas, inclusive para o pasto. Consequência dessa política seria a redução da massa demográfica da região, o que coloca de imediato o problema de emprego alternativo para a mão de obra liberada. Introduce-se a ideia de abertura de uma fronteira agrícola na faixa subamazônica maranhense.”⁶⁰”

A criação da SUDENE, e a direção que sua ação tomou até o Golpe Civil-Militar de 1964 não entravam em conflito com a continuidade das obras do Cocorobó, entretanto, a atuação da SUDENE mudou com o novo regime. Com novos recursos e assistência, provenientes do Convênio DNOCS/SUDENE/USAID⁶¹ e sendo alvo de algumas alterações, visando combater o surgimento de movimentos sociais, tal como as ligas camponesas, então perseguidas e desarticuladas pela violência física perpetrada pelo regime. A construção do açude entra numa fase final e é concluída no final de 1968.

3.2 UM CEMITÉRIO QUE AS ÁGUAS ENCOBRIRAM

No ano 1969, concluídas as obras do açude, foi cumprida então a profética fala de Antônio Conselheiro “o sertão vai virar mar”. As águas das chuvas que se acumulavam elevaram o nível do açude, invadindo moradias e fazendo com que as últimas pessoas que se

⁵⁹ SUDENE. **I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste - 1961 a 1963**, p. 142. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/acervo>>. Acesso em: 19 de set de 2019.

⁶⁰ FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁶¹ Convênio assinado em 22 de maio de 1964. BOLETIM - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, n. 11 – v.23 – março de 1965.

negavam a abandonar aquele espaço fossem retiradas “na marra” e obrigadas a migrar para a vila operária do DNOCS, a vila do Cocorobó, bem como para outros municípios do entorno⁶².

As fortes chuvas que caíram fizeram o Cocorobó encher e submergir as ruínas de Belo Monte e do distrito de Canudos. Então, 60 anos após ser refundada, o distrito de Canudos e o espaço histórico de Belo Monte foi submerso pelas águas. A primeira destruição pelo ferro e fogo, a segunda pelas águas e pelo tempo. Um relato presente no memorial Antônio Conselheiro, localizado no município de Canudos, descreve que:

“As obras da barragem foram concluídas em fevereiro de 1968 e os engenheiros do DNOCS acreditavam que as águas sangrariam dois anos depois. Estava[m] enganados. No dia 12 de março, iniciou-se uma forte chuva que se prolongou por seis dias e encheu o açude de 160 milhões de metros cúbicos de água. Um antigo morador da Canudos repovoada depois da guerra, declarou a um jornalista que nunca tinha visto uma chuva igual: fiquei com medo, era o céu despejando, estamos vivos pelas graças de Deus...”⁶³

O Estado brasileiro, durante a maior parte do século XX, teve como ação central no semiárido nordestino à construção de reservatórios, planejados para represar as águas de médias e grandes bacias hídricas. Nas décadas de 1950 e 1960, parte desses projetos foi fruto de iniciativas nacionais e parcerias internacionais, tanto no financiamento, quanto em assistência técnica, com destaque para as parcerias com a USAID⁶⁴ e o BID⁶⁵, ambos inseridos na política de atuação dos EUA no continente americano denominada “Aliança para o Progresso”. Entendemos esta atuação conjunta como uma tentativa de modificar o meio, a partir da construção de grandes reservatórios de água, destinados a socorrer o gado em períodos de pouca precipitação, como observado em mensagem presidencial do período da construção do Açude Cocorobó⁶⁶.

A seca impactava na produção agrícola, gerando perda de plantações e impulsionando constantes migrações para a região centro-sul e a amazônica, deixando os sertões “vazios”. Desta forma, a política de construção de açudes tinha múltiplos objetivos a alcançar. Dentre esses objetivos estava a modificação do meio, que propiciaria um acúmulo de água a partir da formação de um reservatório. Um outro objetivo era a retenção da população no sertão, isto

⁶² Açude Cocorobó - Fragmentos de 50 anos de Memória. Direção: Manoel Neto, Produção: Lucas Viana. Salvador. Centro de Estudos Euclides da Cunha. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wuax8XuVcFw>>. Acesso em: 05 maio 2019.

⁶³ Memorial Antônio Conselheiro. Bahia, 2015.

⁶⁴ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

⁶⁵ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

⁶⁶ VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**: apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. impr. nac., 1951. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/128/search?terms=Vargas>>. Acesso em: 06 ago 2019.

porque, quando ocorriam os períodos secos a população migrava do sertão para o litoral do nordeste ou para as grandes cidades do centro-sul.

Segundo o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, manter a população no sertão garantiria um objetivo duplo, evitaria a migração para cidades que já ultrapassavam crescimento anormais, devido ao constante fluxo de pessoas, mas também seria uma forma de garantir que os socorros solicitados em tempo de seca tivesse um lastro em uma população que necessitasse, mesmo que por ventura os fins não fossem alcançados.

Nesse sentido, garantir a permanência da mão de obra funcionava como um recurso narrativo para aqueles que dominavam as estruturas estatais, funcionários públicos ou políticos, bem como para os que prestavam serviços ao Estado na região. Essas práticas foram objeto de atenção das reportagens de Antônio Callado no começo da década de 1960, a partir de desvios constatados nas obras ou distribuição de viveres, esse jornalista formula a concepção de “industriais da seca”⁶⁷, que eram as pessoas que lucravam com o flagelo da população sertaneja.

3.3 REPERCUSSÃO DA CONSTRUÇÃO DO COCOROBÓ

O jornalista Audálio Dantas visitou o distrito de Canudos algumas vezes, a serviço do jornal *Folha da Manhã* e da revista *O Cruzeiro*, na chamada da reportagem feita para *O Cruzeiro* e publicada em dezembro de 1964, ele analisa a construção do açude:

“A Primeira Guerra foi a ferro e fogo, de irmão contra irmão. A maior tragédia de nossa história. Era a República, nova ainda, contra o povo do sertão onde vivia Antônio Mendes Maciel, o Conselheiro. Canudos, imensa tapera da fé, caiu com o último de seus defensores, em 1897. Cinquenta anos depois, a República já ficando velha, a força do governo voltou a Canudos, para novamente destruí-la. Era missão de paz, no entanto. A missão de construir um açude, fazer o “sertão virar mar”. Mas no fim virou uma guerra, a segunda que se abate contra Canudos, que desta vez não consegue resistir. Apenas espera, há 13 anos, para morrer sob as águas.”⁶⁸

Não fora somente Audálio Dantas que em reportagem visitará os sertões de Canudos, outros tantos jornalistas fizeram o mesmo, dos quais podemos citar: Odorico Tavares, Carlos Gaspar, Luciano Carneiro e Isidro Duarte, bem como o fotógrafo francês Pierre Verger e os fotógrafos brasileiros Alfredo Villa-Flor e Jair Dantas. A localidade também recebeu a visita de autoridades do mundo político e militar, como o chefe do Estado Novo (1937-1940)

⁶⁷ FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 49.

⁶⁸ Revista *O Cruzeiro* 8 dez. 1964.

Getúlio Vargas, o vice-presidente Café Filho (1951-1954), os Governadores da Bahia Otávio Mangabeira (1947-1951) e Régis Pacheco (1951-1955), assim como os Generais Zacarias Assunção e José Pereira Lobo. Todos esses personagens passaram pela localidade com o objetivo de conhecer o espaço histórico, aquele espaço no sertão que foi palco da Guerra de Canudos.

Não ocorreram muitas visitas após a do jornalista Odorico Tavares e do fotógrafo Pierre Verger em 1946. Entretanto, no ano de 1951 começa a circular a informação de que o cenário da guerra seria submerso por um açude e a partir desse momento começa a existir um interesse maior por parte de jornalistas, que queriam retratar o que restava do lugar em que ocorreu a Guerra de Canudos e que era o lar dos sobreviventes daquele trágico episódio.

Mesmo que existisse um interesse em conhecer e anunciar que o que restava da guerra iria ser destruído pelas águas, esse interesse residia somente nesse fato e poucos foram as contestações ao que estava para ocorrer com aquele espaço histórico e sua população. Nas pesquisas em periódicos da época foi possível encontrar apenas a carta de um leitor publicada no jornal *A Tarde*, publicada em 9 de fevereiro de 1953, em que o intitulado “Um Baiano Experimentado”

“Li na tarde de ontem o – Canudos Viverá Num Museu – e muito de acordo fiquei como protesto contra o desaparecimento da zona histórica de Canudos. Muito bem!

Estamos de acordo com alguns entendidos de que açudes de grande capacidade não resolvem secas, maximé se a água for empregada em larga escala na irrigação, mecanizada ou não.

O grande açude de Quixadá, em que até navegação motorizada existe lá está servindo apenas a uma região relativamente pequena. As secas periódicas não deixam, entretanto, de causar os seus danos ao Ceará, como vem acontecendo sempre. Irrigação em larga escala é um grande escoamento de águas, quando não são nativas e milhões de cruzeiros nisso se desperdiçam. Aqui fica o nosso protesto.”⁶⁹

Levando em consideração os periódicos analisados para essa pesquisa somente essa carta a redação do jornal baiano *A Tarde* questiona a construção do açude. Em um artigo publicado na revista *El correo de la Unesco*, pelo poeta Antônio Dias Tavares Bastos, em março de 1957, cujo título “La segunda muerte de una cidade legendaria” é um prenúncio da análise do autor, somente aparecem referências ao tempo de Antônio Conselheiro e a bravura de terem enfrentado a república, porém, pouca importância ou nenhuma é dada as pessoas que ainda vivem naquele espaço ou ao que ele pode representar para elas e até mesmo para a História do Brasil.

⁶⁹ Jornal *A Tarde* 9 fev. 1953.

Para o geólogo Horácio Pinheiro Monteiro, ex-funcionário do DNOCS, a construção do açude não perpassa por apagamento de memória, bem como não existiu intencionalidade em destruir um espaço histórico. No entendimento de Monteiro, a obra tinha como objetivo transformar a economia local e os critérios mobilizados, na sua construção e escolha do local, foram estritamente técnicos, baseados a topografia da região, especificamente do rio Vaza-Barris⁷⁰.

Como já mencionado, são poucas as pesquisas que tem como recorte temporal e espacial a Segunda Canudos e a construção do Açude Cocorobó. Dentre esses trabalhos, podemos mencionar as pesquisas feitas pelos professores Luiz Paulo Almeida Neiva e Manoel Neto, ambos vinculados a Universidade Estadual da Bahia. Para Neiva, quando se construiu o Cocorobó, havia a intenção de destruir/submergir as marcas e lembranças da guerra, porém, ao mesmo tempo aquele espaço era o mais adequado para se fazer um reservatório de grande porte. É possível refletir que, mesmo que para a demanda e concepção da época a construção de um açude fosse algo positivo, as dimensões e localização desse açude deveriam ter como referência a demanda da população local e a preservação de espaços históricos e ecológicos importantes.

Na concepção do historiador Manoel Neto, que na coordenação do Núcleo de Audiovisual do Centro de Estudos Euclides da Cunha produziu dois documentários que abordam a construção do Cocorobó, o açude tinha como intenção maior a destruição do espaço que remetia a guerra, era como as águas tivessem o poder de fechar uma ferida aberta. Neto avalia que a época a ação mais adequada para melhorar o acesso a água seria a construção de pequenos açudes e a perfuração de poços. Na sua análise, parte da população se beneficiou da existência de um açude de grande porte, porém:

Se de um lado eles se mostram orgulhosos pela tarefa grandiosa que cumpriram, afinal o açude ocupa o espaço majestoso em terras da antiga fazenda Cocorobó, por outro lado lamentam a perda da cidade que submergiu. Alguns reclamam as irrisórias indenizações recebidas pelos antigos imóveis, outros choram as lembranças existenciais: a festa predileta, a rua onde moraram, os familiares sepultados no antigo cemitério, a casa paterna, enfim, a vida celebrada no correr do tempo.⁷¹

É necessário ampliar a compreensão do ser histórico e do peso/relevância que tem os sujeitos que deles descem ou dos espaços em que essas histórias foram vividas. Entender que

⁷⁰ MONTEIRO, Horácio P. Cocorobó, uma barragem projetada para reacender as esperanças do futuro ou apagar o passado. Fortaleza: Revista Conviver, v. 6, 2009.

⁷¹ NETO, Manoel. Os cassacos do Cocorobó.

a construção do Açude Cocorobó retirou uma possibilidade de analisar e experienciar um espaço histórico tão importante como do Conselheiro e seus seguidores é um desafio que a historiografia tem se colocado e um caminho na qual deve permanecer. Canudos não se rendeu, o Cocorobó com suas águas tentou encobrir sua história, mas as margens desse açude se construíram outros espaços para que essa história continue a ser contada. Canudos se refez, as serpentinas do rio Vaza Barris não existe mais e hoje esse rio tem contornos muito distintos do que tinha antes do açude⁷².

As margens do Cocorobó mais uma vez Canudos foi reconstruída e hoje é o distrito chamado Antiga Canudos, formada por homens e mulheres que o açude expulsou para suas margens. As margens do açude também está o Memorial Antônio Conselheiro, que é vinculado a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), assim como o Parque Estadual de Canudos, onde estão sendo preservados alguns dos espaços da guerra que vão além da “cidade” de Belo Monte. Enfrentando tropas militares, seca, águas e o tempo segue Canudos se refazendo e reafirmando que não irá acabar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região hoje denominada “nordeste” nem sempre foi circunscrita sob esse desígnio. Foi ao longo da primeira metade deste século que os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, seriam agrupados em uma mesma região, o Nordeste. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior⁷³ o Nordeste não existia, e precisou ser inventado, porque sob aquele território assolado pelo “flagelo da seca” e a pela falência dos engenhos, era necessário construir uma “nação”, para se contrapor ao discurso tido como “nacional” que florescia na capital da república – o Rio de Janeiro – e em São Paulo. Partindo dessa premissa, concordamos com o historiador Albuquerque Júnior, entendendo que “O Nordeste nasce onde se encontram poder e linguagem”⁷⁴, ou seja, o Nordeste é um espaço geográfico permeado por relações de poder e intencionalidade e não um desígnio da natureza. Isso é evidenciado na construção do Açude Cocorobó, isto porque, foi utilizado o discurso pelo Estado brasileiro e aceito por parte da população local, de que o “atraso” do semiárido nordestino está vinculado a pouca e irregular disponibilidade de água, reduzindo os problemas desse espaço a fatores de ordem natural.

⁷² Ver anexo 2 e 3.

⁷³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Cortez Editora. São Paulo, 2011. p. 47.

⁷⁴ *Idem Ibidem*. p, 33.

Para compreender os motivos que levaram o Estado a construir um açude sobre o “espaço histórico” da Guerra de Canudos, temos que levar em conta o fato de essa obra ser validada e arquitetada pelo próprio Estado, isso porque faz parte do funcionamento deste a produção de um discurso auto validado, no qual a legitimidade nasce das próprias estruturas estatais. Nesse sentido, o Açude Cocorobó é mais uma de muitas obras projetadas para levar a modernização nascida nas cidades para os espaços do interior. Foi alicerçado no discurso desenvolvimentista que o Estado brasileiro convenceu e/ou forçou os moradores do povoado de Canudos a abandonarem suas casas em nome do progresso e do combate à seca, materializado nas águas do açude.

Canudos renasceu em 1909, pelas mãos dos sobreviventes e por mais de cinquenta anos seus habitantes seguiram uma vida pacata no sertão, mesmo tendo o fantasma da guerra os rondando e sendo assombrados por um novo, a seca. Enquanto muitos lugares do sertão se esvaziavam, povoados que tinham escritórios do DNOCS se mantinham como polo de atração, assim Canudos seguiu com sua feira, as belas casas do pessoal do “combate às secas” e suas festas. Após esses longos anos e próxima de completar 60 anos de refundação, Canudos vai então desaparecer sob as águas do Cocorobó.

Esse trabalho nasce como uma pequena sistematização das pesquisas feitas ao longo dos últimos três anos e que tem como mote central contar a História de Canudos depois do dia 5 de outubro de 1897. Novos trabalhos surgiram ao longo dos dois próximos anos, seja em formato de artigo, exposição oral, banner ou na futura dissertação do mestrado, para a qual uma parte dessa pesquisa foi aprovada, em dois grandes programas de pós-graduação na cidade do Rio de Janeiro.

ANEXOS



FOTOGRAFIA 1: 400 prisioneiros jagunços. Fonte Museu da República (1897) Foto: Flávio de Barros.



IMAGEM 1: Canudos e o Rio Vaza Barros antes do Açude Cocorobó. Aerofotogrametria do vôo da Cruzeiro do Sul (1959). Retirada do artigo *Análise das mudanças de posicionamento geográfico de Canudos pós-guerra através das geotecnologias*.

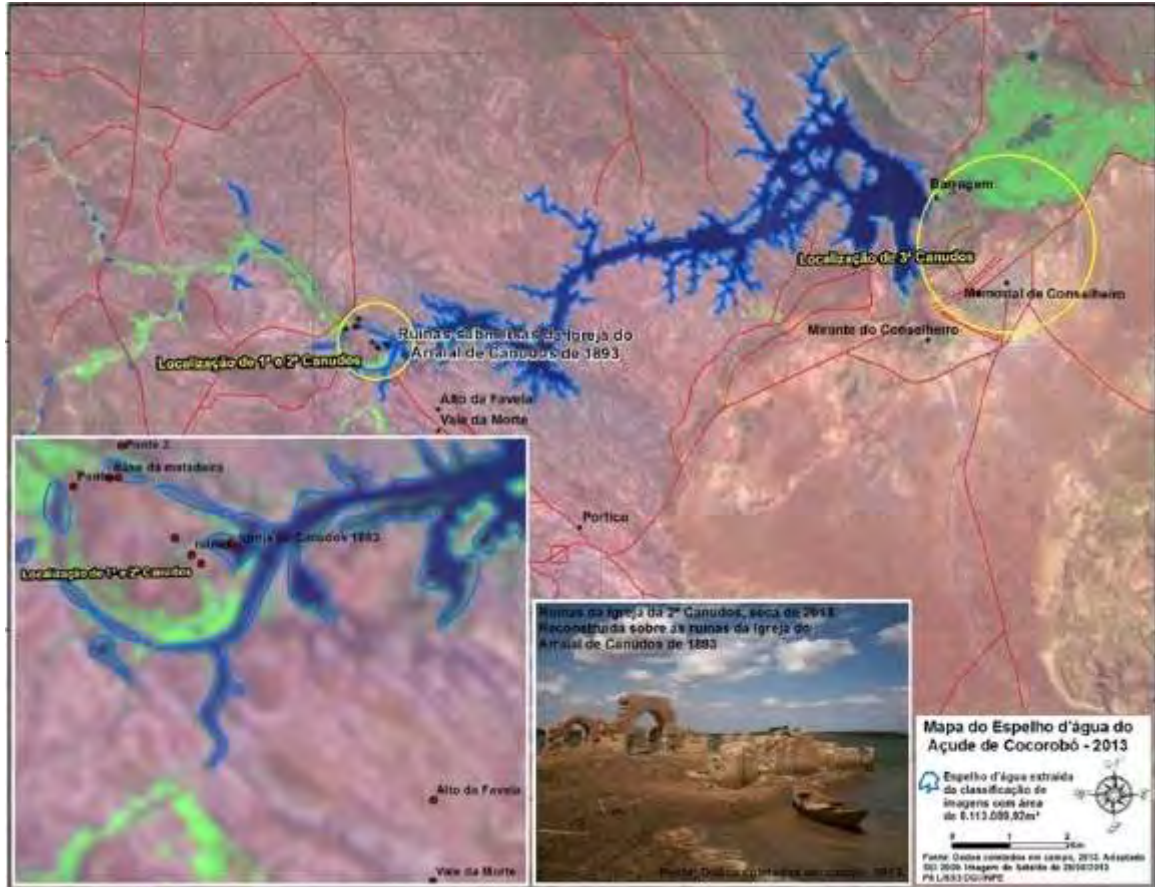


IMAGEM 2: Mapa das distintas Canudos e do Espelho D'água do Açude Cocorobó (2013). Retirada do artigo *Análise das mudanças de posicionamento geográfico de Canudos pós-guerra através das geotecnologias*

REFERÊNCIAS

Fontes

SUDENE. **I plano diretor de desenvolvimento econômico e social do nordeste 1961-1963**. 1966.

BARROS, Flávio de. **400 jagunços prisioneiros**, 1897

BOLETIM do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Fortaleza: DNOCS, 1958-1969. Irregular.

BOLETIM do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas n. 11 – v. 23. Fortaleza, 1965.

DUTRA, Eurico Gaspar. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Imprensa Nacional, 1949.

GONDIM, Joaquim Guedes C. **Projeto do sangrador do Açude Público Cocorobó**. DNOCS, 1965.

GUERRA, Paulo de Brito. **Açudes Públicos do Nordeste**: relação dos reservatórios construídos até 1988. 3. ed. rev. e aum. Fortaleza, DNOCS, 1990.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Imprensa Nacional, 1960.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Imprensa Nacional, 1956.

NETO, Manoel. **Açude Cocorobó - Fragmentos de 50 anos de Memória**. Direção de Manoel Neto, Produção: Lucas Viana. Salvador. Centro de Estudos Euclides da Cunha, 2019.

VARGAS, Getúlio D. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Imprensa Nacional, 1951.

VARGAS, Getúlio D. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Imprensa Nacional, 1952.

VARGAS, Getúlio D. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Imprensa Nacional, 1953.

VARGAS, Getúlio D. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Imprensa Nacional, 1954.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). Editora Companhia das Letras, 2014.

CANÁRIO, Eldon Dantas. **Canudos - Sob as Águas da Ilusão**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, Centro de Estudos Euclides da Cunha, 2002.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**: campanha de canudos. 11 reimp. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2016.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de seca**. 2016. 10 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HERMANN, Jacqueline. “Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado” in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.) **O Brasil Republicano... O tempo do liberalismo excludente (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NEIVA, Luiz Paulo A. **A intervenção do Estado no desenvolvimento local - o caso de Canudos**: Açude Cocorobó. 2000. Dissertação (Graduação) - Curso de Ciências Agrárias, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

NEIVA, Luiz Paulo. **Dilemas do Desenvolvimento no Semiárido**: O caso do Programa Produzir nos Sertões de Canudos-Bahia. 2013 Doutorado (Tese) – Curso em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, 2013.

MIGUEZ, Flávio. **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI**: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. CB de Barragens - Rio de Janeiro: CBDB, 2011.

MONTEIRO, Horácio P. **Cocorobó, uma barragem projetada para reacender as esperanças no futuro ou apagar o passado**. Fortaleza: Revista Conviver, v. 6, 2009.

NETO, Manoel. **Os Cassacos do Cocorobó**.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Canudos**: cartas para o Barão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

TAVARES, Odorico. **Canudos**: cinquenta anos depois (1947). Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1993.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. **Arqueologia de um monumento**: os apontamentos de Antônio Conselheiro. São Paulo: É Realizações, 2017.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.